

## A questão de limites entre o Brasil e a Guiana Britânica

CARLO ROMANI<sup>1</sup>

O mapa abaixo, de 1896, apresenta as linhas limítrofes reclamadas pelo Reino Unido em suas querelas com a Venezuela e o Brasil, num momento em que se constituíam as comissões binacionais para levar as contendas à arbitragem internacional. O caso dos limites com a Venezuela teve a mediação de diplomatas dos Estados Unidos da América substituindo os defensores venezuelanos no tribunal internacional em Paris. O resultado dessa arbitragem de 1899, totalmente favorável à Inglaterra, apesar de ter sido aceito pelo governo venezuelano, nunca foi bem assimilado.

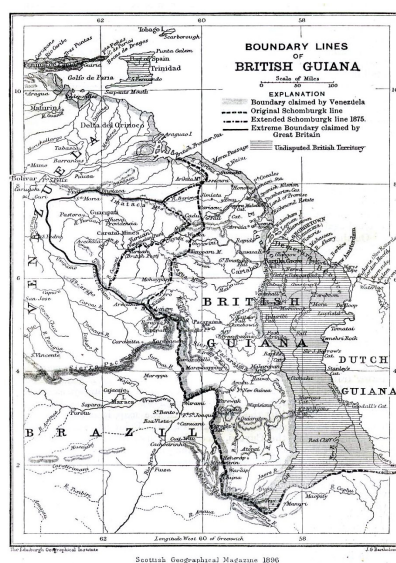


Figura 3. Boundary lines of British Guiana.

Fonte: *Scottish Geographical Magazine*, 1896, p. 88. Edinburgh Geographical Institute (domínio público).

A historiografia venezuelana sobre o assunto trata-o, no mínimo, como um caso de submissão aos interesses estrangeiros (NÚÑEZ, 1962), ou como uma “evidente usurpação” imperialista, nas palavras de Rafael Sureda Delgado (1980). A mesma ideia da cobiça imperialista europeia encontra-se, por exemplo, na primeira geração de historiadores brasileiros a trabalhar

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2003).

sistematicamente a Amazônia, a começar por Helio Viana (1948), passando por Arthur Cezar Ferreira Reis (1982; 1947) e Silvio Meira (1989). Mas, embora problematizada pela nova historiografia, a ideia da ocupação exótica das Guianas feita por europeus não latinos encontra eco nos recentes trabalhos de Reginaldo Oliveira (2008) e José Mascarenhas Menck (2009), adeptos de um modelo de história institucional do Estado, e assume claramente o discurso anti-imperialista em Thiago Gehre e Alejandro Mendible Zurita (2011)<sup>2</sup>. Evidências de que, para boa parte dos trabalhos, há ainda uma compreensão histórica sobre as fronteiras exclusivamente a partir da lógica do estabelecimento do Estado nacional, com certo menosprezo pelos interesses das populações locais, nativas ou não, geralmente pouco aferradas a uma identidade nacional. Essa reflexão sobre os habitantes de áreas de fronteira está bastante problematizada no campo da Antropologia, mas, no campo da História ainda patina. À exceção de poucos historiadores, como Flávio Gomes e Jonas Queiroz ou ainda na recente obra de Giovani José da Silva em relação às questões indígenas, quase não encontramos referências sobre esse problema<sup>3</sup>.

O ponto de partida para o reclamo britânico em relação às fronteiras com o Brasil foram essas linhas traçadas a sudoeste da Guiana por Robert Schomburgk durante suas três expedições à região, de 1835 a 1839. A autoridade que a cartografia desse geógrafo alemão impôs, somada à sua obra naturalista descritiva extremamente rica, foi um dos motivos determinantes para o Reino Unido passar a ter, desde então, maiores pretensões sobre uma região que fora objeto apenas do imaginário muito fértil sobre o Eldorado, mas frustrado (BURNETT, 2000, p. 25-37). Contudo, como mostra o rico levantamento realizado por Reginaldo Barbosa e Efrem Ferreira (1997), baseado em parte na obra histórica de Ponte Ribeiro (1876), uma série de expedições científicas alcançou a área de Pirara nesse mesmo século, precedendo as de Schomburgk. Citamos algumas: a do inglês Charles Waterton (em 1812), desde Demerara até o rio Branco; a do austríaco Johann Natterer (entre 1831/32) no caminho inverso do rio Branco aos seus tributários Uraricoera e Tacutu. E uma série ainda maior de exploradores o sucedeu: o zoólogo Wagner (entre 1847/48); o naturalista alemão Gustav Wallis (em 1863)

<sup>2</sup> Os recentes estudos de Alejandro Mendible Zurita apresenta-nos ao explorador venezuelano Michelana y Rojas, cuja obra publicada em 1867 já denunciava as pretensões imperialistas britânicas e o expansionismo brasileiro sobre a região do Rio Negro.

<sup>3</sup> Através de uma abordagem através da história indígena, da questão étnica e identitária, Giovani José da Silva em seu pos-doc discute os problemas causados pelas divisões nacionais de fronteiras nas áreas habitadas por povos indígenas.

fez detalhados relatos dos habitantes de Tacutu; a expedição militar demarcatória com a Venezuela do Barão de Parima (em 1882) que alcançou o extremo nordeste de Roraima, no rio Maú; Henri Coudreau (em 1884) que esteve com os índios *Wapishana*; o italiano Ermano Stradelli (em 1888) que fez um relatório completo sobre a área. A esses, poderíamos ainda acrescentar uma série extensa de engenheiros-militares brasileiros e de outros tantos pesquisadores britânicos que viajaram em visitas oficiais como membros das comissões mistas montadas tanto para os problemas limítrofes entre o Brasil com a Venezuela como aqueles com a Guiana Britânica. Porém, toda a controvérsia historiográfica estabelecida sobre a centralidade de Pirara na questão limítrofe e a legitimidade dessa representação cartográfica recai, apenas, nas costas de Schomburgk. Graham Burnett usa a expressão *metalepsis* para definir essa autoridade geográfica por ele construída sobre a obra de seus antecessores, dirigindo a obra dos posteriores<sup>4</sup>.

Para entendermos melhor esse patamar de notoriedade e de credibilidade que alcançou Schomburgk junto à Geografia e à História internacional, temos que retroceder até o século XVIII, quando as viagens ao encontro do lago Parima ganharam novamente fôlego, embora movidas pela busca de uma possível rota de comunicação entre as bacias dos rios Orenoco e Amazonas. Na década de 1740, Nicholas Horstman, um médico e comerciante holandês incumbido de investigar o interior da colônia holandesa, sem o saber, foi o primeiro a chegar nessa localidade mítica descrita por ele como um pequeno lago, chamado Amucu pelos nativos. Foi Alexander von Humboldt, ao pesquisar manuscritos em Paris, onde encontrou essa descrição entregue por Horstman a La Condamine em 1743, cujo croqui foi publicado posteriormente pelo viajante francês, quem percebeu uma possível relação entre o lago Amucu e o Parima, mas também nunca esteve naquelas margens<sup>5</sup>. Essa primazia coube a Robert Schomburgk, transferido como comerciante para a América, primeiro para a Virginia e depois para as Ilhas Virgens, onde se dedicou a mapear a região como diletante. Com esse pequeno currículo, em 1835 foi comissionado a serviço da Royal Geographical Society para empreender uma expedição de reconhecimento físico e astronômico ao interior da colônia sul-

<sup>4</sup> Define *metalepsis* como termo clássico da retórica que descreve ciclos de prioridade e de posteridade sobre os quais a obra da autoridade geográfica se constrói (BURNETT, 2000, p. 39).

<sup>5</sup> Resumimos nesse parágrafo a reconstituição elaborada por Graham Burnett (2000, p. 30-6) com base na consulta à obra de Humboldt, *Personal Narratives*. Também como referência auxiliar ao entendimento da viagem de Horstman ao alto Essequibo, temos o artigo de Reginaldo Oliveira e Maria Magalhães (2008, p. 108-10). Uma biografia de Schomburgk em língua espanhola foi feita por Pablo Ojer (1969).

americana, onde ganhou notoriedade. Mas, além da meta original, Schomburgk, inspirado pela tradição exploratória de Humboldt, perseguiu a hipótese do mestre e “*became the first European to stand on the shores of Lake Amucu*”, com consciência de qual era seu significado, como escreveu o próprio Humboldt na introdução posterior que fez à obra do jovem geógrafo (BURNETT, 2000, p. 36-37). Ou seja, realiza em 1836 o sonho do imaginário, não somente dos conhecidos viajantes anteriores, mas de “milhares de desconhecidos que perseguiram aquelas margens sem sucesso”. A notoriedade de Schomburgk deriva nem tanto de sua capacidade exploratória para o Reino Unido, mas como verifica a hipótese de Burnett, pelo fato de ter materializado a realização de uma lenda simbólica do Novo Mundo, mesmo que, ao refazer sua rota original, tenha encerrado o mito de Raleigh. Para os olhos do império, pouco importaria agora, ser o Eldorado cravejado ou não de diamantes, mas sim o fato dessa lenda criada por um britânico permanecer em terras britânicas.

A versão mais comumente aceita pela historiografia para a emergência do conflito limítrofe em Pirara é a sucessão de eventos que levou a uma tropa britânica ocupar a vila indígena *Macuxi*, que estaria dentro dos domínios brasileiros. O estudo de caso mais detalhado sobre a questão de Pirara foi realizado por Peter Rivière (1995) e é principalmente com base em sua obra, referência também para os estudos de Menck (2009) e Burnett (2000a), que apresentaremos o episódio. Em sua terceira expedição no ano de 1838, Schomburgk partiu de Pirara em direção a Esmeralda na Venezuela, fechando a sua linha demarcatória. Em maio de 1838, dirigiu-se ao encontro de Schomburgk em Pirara, um pastor protestante interessado em estabelecer uma missão junto aos índios *Macuxis e Wapishanas*. Pela documentação analisada por Rivière, o missionário Youd estaria empenhado em monitorar as tropas de resgate brasileiras, que partindo do forte São Joaquim, estabelecido no encontro do rio Uraricoera com o Tacutu, subiam às cabeceiras deste último, no ponto de passagem para as nascentes do rio Essequibo, para aprisioná-los<sup>6</sup>. A vila indígena de Pirara encontrava-se justamente nessa intersecção, na zona limite de alcance das incursões das tropas brasileiras. A escravização de índios era obra intolerável aos olhos dos protestantes, num momento em que a Inglaterra já se

---

<sup>6</sup> Rivière consultou os arquivos da Church Missionary Society e os documentos da colônia inglesa no Public Record Office, além dos arquivos da Royal Geographical Society, onde encontrou informações não existentes no Arquivo do Itamaraty.

punha a combater, inclusive, o tráfico negreiro de navios brasileiros em alto-mar. A notícia do estabelecimento dessa missão religiosa somada à expedição de Schomburgk ao Pirara gerou desconfiança no comandante geral do Alto Amazonas, Ambrósio Ayres, num momento em que boa parte das tropas regulares estava em luta contra os cabanos<sup>7</sup>. Mesmo assim, Ambrósio enviou seu irmão Pedro Ayres a São Joaquim para contatar Schomburgk e Youd, que lá se encontravam em julho desse ano. Schomburgk hospedou-se em São Joaquim durante a estação chuvosa e de lá partiu para sua missão científica até o rio Orenoco. Quando retornou a Pirara, em maio de 1839, encontrou-a militarmente ocupada pelos brasileiros sob o comando de Pedro Ayres. Em setembro desse ano, Schomburgk, já em Londres, comunicou o fato ao governo britânico. Youd já havia abandonado Pirara, instalando-se na vila indígena de Urwa, de onde também foi expulso no ano seguinte pelos brasileiros e quando chegou a Georgetown relatou a perseguição sofrida pelos índios. Para o governador da Guiana, Henry Light, tratava-se de uma invasão de território indígena que não pertenceria ao Brasil.

A partir desses fatos, o Ministério das Relações Exteriores britânico comunicou ao Rio de Janeiro sua vontade de proceder à demarcação fronteiriça da região. O comando brasileiro do Alto Amazonas fez uma contraproposta ao governo britânico: a de declarar a neutralidade da área de Pirara até a solução do litígio. Porém, em dezembro de 1841 uma comissão demarcatória britânica deixou Georgetown com destino Pirara seguida, um mês após, por uma expedição militar. A notícia levou as tropas militares brasileiras a abandonarem Pirara que foi ocupada pelas tropas britânicas. A comissão de limites britânica continuou construindo marcos com base nas linhas definidas por Schomburgk, e apoiados pela força militar da Coroa, mesmo quando, em maio de 1842, o acordo sobre a neutralização do território avançava entre os dois governos. O fato foi amplamente contestado pelo governo do Grão-Pará e pelo do Rio de Janeiro, mas recebeu a irônica resposta do governo britânico colonial de que aguardavam havia vários meses a chegada de uma comissão demarcatória brasileira que nunca apareceu e, assim, concluíram sozinhos os trabalhos de demarcação. Durante todo o ano de 1842, houve boatos de uma provável reação militar brasileira à ocupação britânica de Pirara, fato nunca concretizado, mas que manteve as tropas inglesas em estado de alerta

---

<sup>7</sup> Assim como o espanhol Pedro de Valdiviafoi morto pelos índios *Mapuche* durante a conquista do sul do Chile, às vezes, um comandante militar brasileiro também sucumbe ante a resistência indígena e popular. Ambrósio Ayres foi morto em combate pelos índios *Mura*, durante a revolta da Cabanagem, em setembro de 1838 (MOREIRA NETO, 1988, p. 109 *apud* PEQUENO, 2006).

permanente. Com a ameaça de uma crise diplomática e militar se instalando, em agosto a Coroa britânica decidiu pela suspensão da ocupação e, em novembro desse mesmo ano, pela remoção dos marcos instalados. Contudo, como relata Menck (2009, p. 145-63), somente no ano seguinte, Schomburgk retornou a Pirara para desfazer as marcações. Durante todo esse ano de 1843 houve a tentativa de se instalar uma comissão mista anglo-brasileira sem resultados. Os ingleses levaram consigo, além dos armamentos e equipamentos militares, também um grande aparato tecnológico para a cartografia da época, fato que os tornava muito “mais bem equipados do que os brasileiros e faziam questão de exhibir isso, com estudada hospitalidade” (Menck, 2009, p. 162). A primeira missão científica brasileira ao Pirara somente conseguiu sair de Belém em julho de 1843 chefiada pelo engenheiro-militar Frederico Carneiro de Campos, marcando a relação direta entre o Exército e a Ciência, e mantida em condições materiais precárias se comparadas às da missão inglesa<sup>8</sup>. O território permaneceu neutralizado por décadas e a solução final do litígio somente voltará à baila ao final do século, quando uma nova reconfiguração geopolítica mundial levaria velhas e novas potências imperialistas a resolverem suas últimas pendências coloniais na América.

Ao contrário das monarquias ibéricas, o Reino Unido, por circunstâncias históricas particulares, viveu sua grande aventura expansionista do século XVIII em diante, praticamente coincidindo-a com o desenvolvimento científico e tecnológico, fundamento da simultânea Revolução Industrial. Assim, mesmo comparativamente à França, as expedições inglesas empreendidas a esta região da América do Sul, além de compartilharem o mesmo gosto pela prospecção das riquezas naturais disponíveis, tiveram, também, uma característica muito mais pragmática e objetiva, aquela de instituir uma linha demarcatória com credibilidade científica, acima de qualquer contestação. Mais do que em qualquer outro Estado nacional, como nos mostrou Edward Said (1993), o Reino Unido, através de sua produção de conhecimento inventou o outro e também inventou a si próprio, seus próprios limites, os limites tidos como legítimos para sua expansão.

A fronteira norte do Brasil, particularmente aquela limítrofe com a atual Guiana, ainda tem sido muito pouco estudada pela historiografia em relação ao período que envolve a segunda metade do século XIX. De fato, os principais estudos contemporâneos sobre essa região de fronteira couberam aos antropólogos, a partir da problemática das terras indígenas nas áreas

<sup>8</sup> Série Limites – Guiana Britânica. Lata 465, maço 5, AHI.

de fronteira, como os trabalhos de Paulo Santilli (1994) e de Stephen Baines (2004), e também no estudo de caso mais aprofundado a tratar a questão limítrofe litigiosa de Pirara (RIVIÈRE, 1995). Recentemente, rastreando suas pegadas e concordando em parte com a hipótese de Rivière, ou seja, a de que teria havido um real motivo de ordem humanitária (a escravização dos índios por militares brasileiros) para a emergência do litígio, tivemos publicado o já citado trabalho de José Theodoro Menck (2009). Dissemos em parte, pois Menck entende que o Reino Unido pode, assim, unir o necessário ao interessante, expandindo seus limites até um ponto de contato entre as nascentes do rio Essequibo com os afluentes do Amazonas. Divergindo destes, apresenta-se a hipótese de Burnett que viu em Schomburgk mais do que um explorador ou um cientista moderno a serviço da Coroa, mas o interprete do sonho perseguido por milhares de homens anteriormente, o de alcançar o mítico Eldorado. Não foi Pirara o objeto do desejo britânico, mas sim o mito do Eldorado.

A conclusão deste conflito chegou somente no início do século XX pelo fato de que, nessa fase avançada do capitalismo, os impérios em disputa resolveram diplomaticamente suas diferenças, antes de elas evoluírem em outra direção. E o Brasil republicano já dispunha de uma importância muito maior do que a Venezuela no cenário geopolítico internacional, daí o tratamento diferente recebido na disputa com o Reino Unido, levada à arbitragem em Milão, em 1904. A defesa brasileira sobre os limites compreendendo a região de Pirara ficou a cargo de Joaquim Nabuco, um admirador do mundo anglo-saxônico e da doutrina Monroe. Acreditava ter ao seu lado o apoio norte-americano, como o Brasil já o tivera na questão do Oiapoque com a França. Contudo, não foi bem assim. Neste caso, os Estados Unidos, assim como já não haviam feito em relação ao litígio inglês com a Venezuela também não se comprometeram contra seus velhos pais. A arbitragem do rei italiano Vittorio Emanuele III aceitou em parte a tese britânica e seguiu a linha demarcatória proposta por Schomburgk que definira Pirara em território inglês. Essa decisão permitiu o acesso britânico ao rio Tacutu e daí ao Amazonas.

A argumentação da defesa brasileira empreendida por Nabuco sustentou a hipótese de que o fato de Schomburgk ter fincado a bandeira britânica nas nascentes do rio Essequibo, não significaria que aquele território fosse britânico, mas que, ao fazê-lo ele atravessou um limite que era historicamente brasileiro. Além do que, sendo Schomburgk apenas um explorador ele não teria autoridade jurídica para reclamar territórios para um Estado nacional. O resultado da

arbitragem foi tido como uma derrota por Nabuco que seguindo a linha argumentativa precedente da diplomacia brasileira procurou demonstrar o histórico da ocupação sobre a região, antes até de a Guiana ter se tornado colônia britânica. Diferentemente do Amapá na ocasião da disputa do contestado do Oiapoque com a França, território historicamente habitado por uma população cabocla de fala portuguesa, na região litigiosa com a Guiana os caboclos rancheiros brasileiros nunca estiveram estabelecidos, tendo ocupado somente uma pequena extensão de terras ao norte do antigo forte de São Joaquim (RIVIÈRE, 1972). A região de Pirara sempre fora habitada por populações indígenas que, inclusive, lá encontraram refúgio da perseguição das tropas portuguesas e depois das brasileiras. Portanto, diferentemente da legitimidade da ocupação do Amapá realizada por escravos fujões, cabanos e outros ribeirinhos em busca de uma terra para cultivar, o povoamento histórico do nordeste de Roraima foi realizado pelas populações indígenas que não tinham identidade brasileira. A penetração luso-brasileira nunca conseguiu de fato povoar a região, portanto o argumento territorial carecia de legitimidade histórica e não foi suficiente para sustentar a defesa brasileira em Milão. As terras em disputa foram entendidas como sendo *terra ignota*.

Nessas condições, o trabalho infatigável do *expert* na figura do geógrafo Schomburgk e de seus sucessores foi o fator decisivo para a definição extrema dos limites. Não sem a acusação diplomática, amplamente sustentada pela primeira historiografia nacional sobre o caso, apontando para o interesse político do governo italiano em favorecer o britânico em troca de antigas e futuras retribuições.

#### Bibliografia

BAINES, Stephen G. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília: FUNAI, v.1, n. 1, p. 65-98, 2004.

BARBOSA, Reinaldo e FERREIRA, Efrem. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no Vale do Rio Branco. In Reinaldo Barbosa e J. G. Castellone (Eds.), *Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

BURNETT, D. GRAHAM. *Masters of all they Surveyed: Explorations, Geography, and a British Eldorado*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000 (a).

\_\_\_\_\_. Exploration, performance, alliance: Robert Schomburgk in British Guiana, *Journal of Caribbean Studies*, Vol. 15 (1&2), p. 11-37, 2000 (b).

GOMES, Flávio & QUEIRÓZ, Jonas. Amazônia, fronteiras e identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). *Lusotopie*, 1, p. 25-49, 2002.

MEIRA, Silvio. *Fronteiras Setentrionais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A Questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MENDIBLE ZURITA, Alejandro e GEHRE, Thiago. As relações Brasil-Venezuela: imagens internacionais em perspectiva (1810-2010), *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 217-241, 2011.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Índios da Amazônia: De maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OJER, Pablo. *Robert H. Schomburgk: Explorador de Guayana y sus líneas de frontera*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.

OLIVEIRA, Reginaldo e MAGALHÃES, Maria. Questão do Pirara. *Textos & Debates*, UFRR, vol. 1, no. 14, p.103-17, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro. *A última página do Gênesis*. Tese de doutorado em Geografia. FFLCH/USP, 1997.

NÚÑEZ, Enrique Bernardo. *Tres momentos en la controversia de limites de Guayana*. Caracas: Ministério de Educación, 1962.

PEQUENO, Eliane da Silva. Mura, guardiães do caminho fluvial, *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.133-155, 2006.

PONTE RIBEIRO, Duarte de. *Comissões científicas nomeadas pelo Governo Imperial desde 1843 para exames de limites e demarcações de fronteira do Brazil com as Colonias e Estados confinantes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Lemmert, 1876.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Limites e demarcações na Amazônia: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

RIVIÈRE, Peter. *Absent-minded imperialism*. Britain and the expansion of Empire in Nineteenth-century Brazil. Londres: Tauris, 1995.

\_\_\_\_\_. *The forgotten frontier: Ranchers of north Brazil*. Nova Iorque: Holt, Rinehart e Winston, 1972.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP, 1994.

SUREDA DELGADO, Rafael. *Venezuela y Gran Bretaña: Historia de una usurpación*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1980.

VIANA, Hélio. *História das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.